

A violência não é trabalho, a mercantilização do corpo não é trabalho

Intervenção de Márcia Oliveira

Cara amigas e congressistas,

Não obstante a evolução no que toca à situação das mulheres, do seu estatuto jurídico e reconhecimento de direitos.

Não obstante a existência e consolidação de textos e instrumentos jurídicos, nomeadamente europeus e Internacionais, que visam defender os direitos das mulheres, combater as diversas formas de violência e discriminação a que as mesmas estão sujeitas, bem como os discursos frequentes sobre tais questões,

Parece inacreditável que hoje estejamos a ser confrontados com uma tentativa de regulamentação da prostituição, como algo benéfico para as mulheres prostituídas.

Esta tentativa, esta posição em relação ao fenómeno da prostituição é antes de mais uma afronta a todas as mulheres.

Porque implica a assumpção de que sim, os corpos das mulheres podem ser comprados, podem ser mercantilizados, podem ser usados e violentados porque o dinheiro serve de legitimação para tal.

Quem o defende e porque naturalmente tem interesse na regulamentação da prostituição, assenta o seu discurso numa realidade que não existe.

O discurso da livre escolha, da liberdade de optar, da mulher independente e do alegado consequente reforço dos direitos das mulheres prostituídas, oculta que a verdadeira alteração jurídica e real com a regulamentação da prostituição, é a eliminação do crime de lenocínio que se encontra actualmente previsto no CP.

Este é o grande objectivo e interesse de quem defende a regulamentação da prostituição e porque na verdade lhes interessa a continuidade da mesma.

Porque a prostituição é um grande negócio à escala global, inserido no crime organizado, é do interesse de quem é actualmente criminoso poder ser nada mais que um empresário aos olhos da lei e assim dedicar-se em pleno ao negócio de exploração dos corpos de mulheres e meninas.

É indiscutível que a esmagadora maioria das mulheres prostituídas têm um proxeneta, e estão inseridas nas redes de tráfico; têm um percurso marcado pela violência, abusos psicológicos, físicos e sexuais, pelo que, é inegável que a maioria das mulheres prostituídas têm um percurso de vida de grande fragilidade económica, social e familiar.

Sim, é este o rosto das mulheres prostituídas – de pobreza, de falta de oportunidades, de falta de opção e escolha: um rosto marcadamente de classe. E não se diga por isso, que é de opções e de liberdade individual que estamos a falar quando falamos de prostituição

É inevitável a associação entre a prostituição e o tráfico de seres humanos, precisamente por se tratar de um negócio que se encontra inserido no crime organizado.

E nesse sentido, é impossível ignorar porque faz parte da equação, que a regulamentação da prostituição facilita o tráfico de seres humanos, dificulta o combate por parte das entidades policiais e judiciais, precisamente pela legalidade que lhe passa a ser atribuída.

Isto mesmo sucedeu nos países em que se regulamentou a prostituição, como a Alemanha e a Holanda que passaram a ser os destinos preferenciais do tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual.

Não podemos ainda ignorar que de acordo com o Relatório do Parlamento Europeu de 2014 sobre a exploração sexual e prostituição, 68% das mulheres prostituídas sofrem de stress pós traumático – uma percentagem semelhante à das vítimas de tortura; que a normalização da prostituição tem um impacto na violência sobre as mulheres e que em particular os homens que compram sexo apresentam maior probabilidade de cometer actos sexualmente coercivos sobre as mulheres e exercer outros actos de violência manifestando uma atitude misógina.

Esta é uma questão que na verdade acaba por dizer respeito a todos nós, que encerra uma mentalidade e perspectiva em relação às mulheres e à mercantilização dos corpos inserida numa lógica capitalista, em que tudo tem um valor de troca, até mesmo a sexualidade.

Não se pode pretender defender os direitos das mulheres, lutar contra as discriminações, as violências, lutar contra a objectificação das mulheres no cinema, na comunicação social e depois defender a banalização de uma forma de violência que constitui a mais vil forma de exploração de um ser humano.

Não, a violência não é trabalho, a mercantilização do corpo não é trabalho,

Defender os direitos humanos é incompatível com a regulamentação da prostituição, defender as mulheres, os seus direitos e a sua dignidade, implica combater a prostituição, implica a criação de condições económicas e sociais para que as mulheres possam ter uma vida livre de violências; implica a atribuição de um trabalho e de um salário digno, assegurando assim, a independência económica e a possibilidade de concretização de um projecto de vida que permita o livre desenvolvimento da sua personalidade e manter intacta a sua dignidade, principio norteador e caracterizador do progresso social e político.

E também por isto, o tempo de luta das mulheres é hoje!

Viva a luta das mulheres!

Viva o MDM!